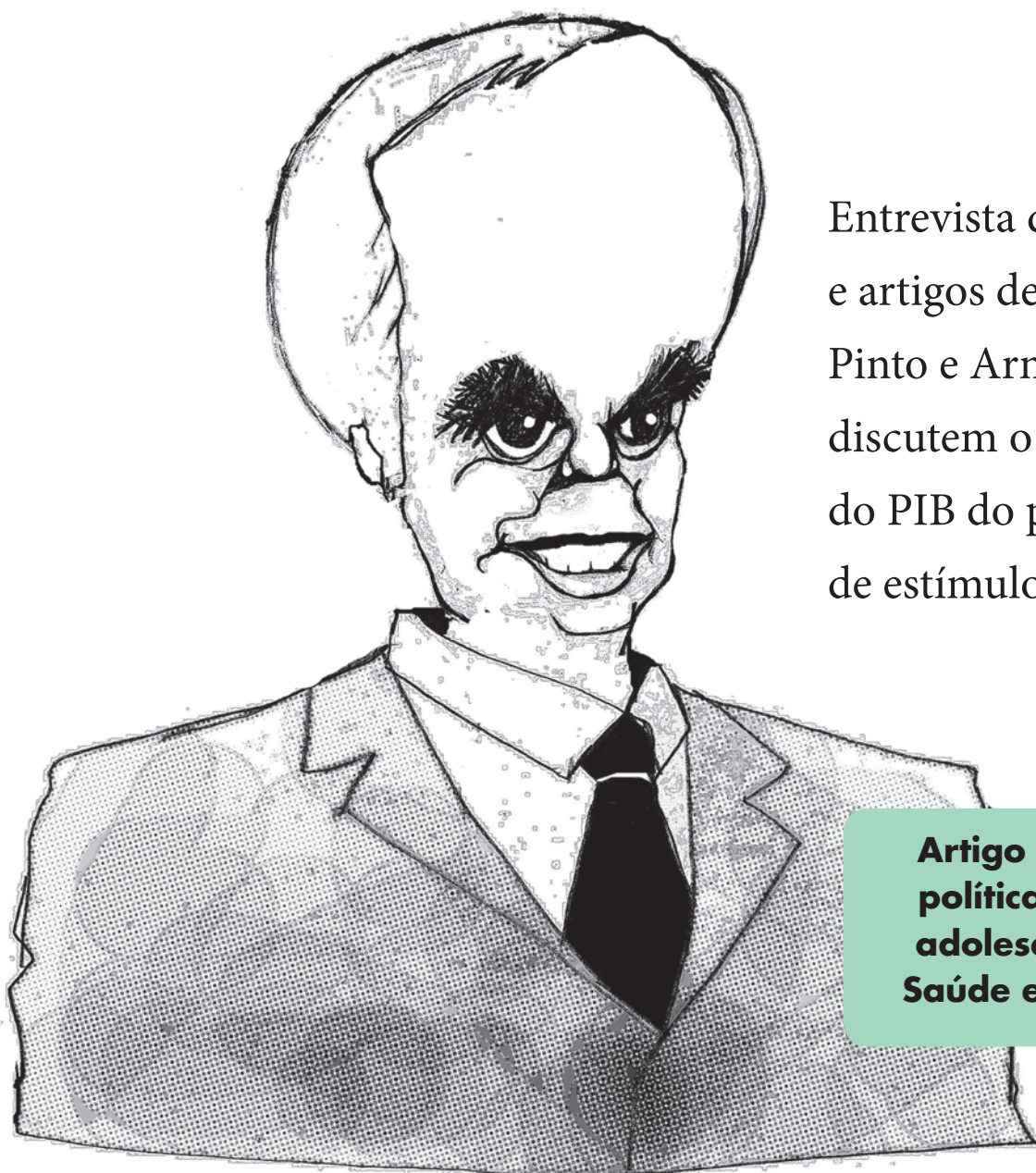


A Economia brasileira e mundial, segundo Samuel Pinheiro Guimarães



Entrevista de Luiz Filgueiras e artigos de Eduardo Costa Pinto e Armando Castelar discutem o baixo crescimento do PIB do país e as medidas de estímulo do governo federal

Artigo do FPO enfoca as políticas para crianças e adolescentes na área da Saúde e Assistência Social

Editorial

Pibinho brasileiro, crise mundial, medidas de estímulo, China etc.

■ Como convém a uma publicação voltada aos economistas, o JE retorna ao debate sobre a situação econômica brasileira à luz da continuidade da crise mundial (versão europeia) e considerando a piora generalizada de índices e expectativas para nossa economia, a começar pelo PIB.

Na abertura da edição, brindamos os leitores com um longo artigo – exclusivo como todos os artigos do JE – do embaixador e economista Samuel Pinheiro Guimarães, ex-secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos e alto representante geral do Mercosul. Intelectual respeitado mundialmente, o embaixador reflete sobre a crise econômica mundial, a China e a economia brasileira. Sobre o Mercosul, objeto de sua especialidade, alerta para os obstáculos à maior integração das economias e para o risco de o Brasil perder participação no principal mercado para seus produtos manufaturados.

Luiz Filgueiras, da UFBA, autor do livro *História do Plano Real* e coautor de *A Economia Política do Governo Lula*, afirma em entrevista que “não há como descolar a dinâmica conjuntural e o crescimento da economia brasileira das circunstâncias mundiais.” Ele critica as medidas de estímulo do governo federal, que não atacam os problemas fundamentais da economia brasileira.

Eduardo Costa Pinto, do IE-UFRJ, afirma em artigo que o vilão do baixo crescimento brasileiro em 2012 é a política macroeconômica restritiva em 2011, e não a crise mundial. As atuais medidas governamentais, prevê, surtirão efeitos positivos no 4º trimestre de 2012, mas não há evidências de que as questões estruturais serão resolvidas e os sinais de longo prazo são preocupantes.

Armando Castelar Pinheiro, do Ibre/FGV e IE-UFRJ, compartilha da mesma visão pessimista. Mas ele aponta como fator determinante para o fraco desempenho da economia brasileira o adverso ambiente de negócios, citando o tamanho, ineficiência e complexidade da carga tributária, a má qualidade e instabilidade da regulação econômica, ambiental e administrativa, a elevada insegurança jurídica, e a carência de infraestrutura.

O FPO publica o segundo artigo com um resumo do debate do seminário Lugar de Criança é no Orçamento Público, promovido pela organização e parceiros. O texto discute as políticas para crianças e adolescentes na área da Saúde e Assistência Social.

SUMÁRIO

3 Crise mundial e Brasil
Samuel Pinheiro Guimarães
Reflexões sobre a crise econômica mundial, a China e a economia brasileira

7 Entrevista: Luiz Filgueiras
“As medidas de estímulo são pontuais e insuficientes para enfrentar as questões fundamentais: perda da indústria como centro dinâmico do crescimento, incapacidade de geração endógena de progresso técnico e financiamento estatal subordinado à geração de superávits fiscais primários.”

10 Crise mundial e Brasil
Eduardo Costa Pinto
O baixo crescimento de 2012: o que fazer?

12 Crise mundial e Brasil
Armando Castelar Pinheiro
Crescimento em 2005-10: um “voo de galinha” prolongado?

14 Fórum Popular do Orçamento
Lugar de Criança é no Orçamento Público

16 **Premiação e palestra marcam celebração do Dia do Economista**

Estudantes da UFRRJ vencem I Gincana Estadual de Economia

Balanco Patrimonial

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato El-

man, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos e João Manoel Gonçalves Barbosa

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares e José Jannotti Viegas

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Reflexões sobre a crise econômica mundial, a China e a economia brasileira

■ Samuel Pinheiro Guimarães*

Os reflexos da crise econômica sobre o Brasil devem ser examinados à luz de uma visão ampla, que considere a complexidade e interdependência dos fenômenos políticos, econômicos e sociais. A crise mundial não é apenas econômica, mas também uma crise de natureza política e social.

A crise econômica é uma crise que se iniciou, se prolonga e afeta principalmente os países altamente desenvolvidos nos centros tradicionais do capitalismo, quais sejam os Estados Unidos, a Europa e o Japão, com diferentes características e impacto.

Nesses países, de forma geral, há uma tendência permanente à superprodução e à estagnação, que gera crises periódicas sempre que deixam de surgir inovações tecnológicas importantes (como foram as ferrovias e o automóvel) ou de ocorrer grandes conflitos (como foi a II Guerra Mundial que levou à reconstrução da Europa) ou a abertura de mercados importantes que permitam novas oportunidades de investimento lucrativo.

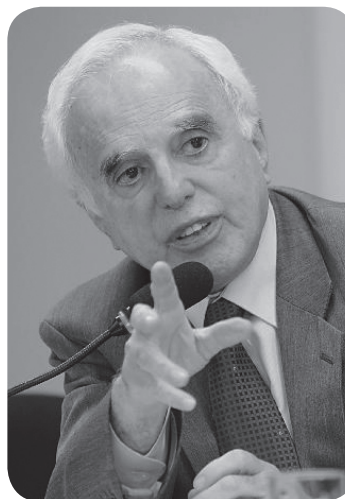
Nas economias maduras, o esgotamento das oportunidades de investimento lucrativo faz com que os capitalistas passem a procurar lucros na especulação por meio de instrumentos desenvolvidos

pelo setor financeiro, especialmente desestabilizadores quando este setor é desregulamentado, como ocorreu nos Estados Unidos.

A atual crise nos países desenvolvidos se agravou devido à “financeirização” da economia produtiva e à especulação desenfreada nos mercados cambiais e de títulos, tanto de parte dos grandes investidores como das instituições financeiras, até alcançar as grandes empresas do setor produtivo. As transações com derivativos, antes da eclosão da crise, excediam várias vezes o produto bruto mundial e as transações nos mercados de câmbio chegaram a alcançar mais de 1 trilhão de dólares por dia.

A inadimplência das hipotecas no setor imobiliário norte-americano levou à súbita desvalorização dos títulos derivativos, a qual levou à falência, ou à beira da falência, corretoras, bancos e instituições financeiras e contaminou o setor financeiro dos diferentes países, que haviam sido desregulamentados e “globalizados” pelas políticas neoliberais.

O desconhecimento que ainda existe nos mercados e nos governos sobre a verdadeira situação de bancos e empresas quanto à sua posse de ativos tóxicos e, portanto, de sua solidez, levou à retração dos investidores e, portanto, ao desemprego e à



contração da demanda.

O desemprego, a redução da demanda e a baixa ocupação da capacidade industrial instalada levou à diminuição das expectativas de investimento lucrativo e a uma preferência pela liquidez de parte de bancos, empresas e grandes investidores.

A crise nos centros tradicionais do capitalismo tenderá a se prolongar por muitos anos pela própria incapacidade dos governos de intervir nas instituições financeiras para saneá-las e regulamentá-las, em parte devido à inexistência de suficiente consenso político entre suas elites, devido à expansão chinesa. Porém, a crise nesses centros tradicionais tenderá a afetar os novos centros capitalistas, em especial a China, de longe o maior e o mais dinâmico deles.

Enquanto a crise devasta as economias tradicionais ca-

pitalistas, onde o desemprego alcança índices elevados, e a situação das economias capitalistas periféricas e de seus Estados, como a Grécia, é cada vez mais grave, o mesmo não ocorre na China, cuja economia cresceu a uma taxa de 10% ao ano a partir 1979 e que continua a crescer a taxas por volta de 8% a/a, mesmo após a eclosão da crise.

Em grande medida este crescimento chinês é decorrência dos investimentos de megaempresas multinacionais, americanas, européias, japonesas e coreanas, que se beneficiam dos baixos custos de mão de obra para produzir para o mercado chinês, mas principalmente para exportar para os mercados de seus países de origem e para outros mercados desenvolvidos ou não, como a América Latina.

A economia chinesa está profundamente entrelaçada, em uma relação simbiótica, com as economias capitalistas tradicionais que são os principais mercados para suas exportações e importações, nas quais a China aplica suas extraordinárias reservas (mais de 3 trilhões de dólares) e busca atrair capitais e tecnologia avançada, inclusive pela aquisição de empresas.

A China é a segunda maior economia do mundo, já é a primeira exportadora e a segunda maior importadora; is-

to tudo, naturalmente, devido em parte à recessão nos países tradicionais. A China tem feito esforços extraordinários no campo tecnológico e científico e o número de engenheiros chineses que se formam por ano é maior que o número de engenheiros que se formam nos Estados Unidos. O número de patentes registradas por empresas chinesas cresce rapidamente a cada ano.

Assim, está ocorrendo uma gradual transferência do centro dinâmico da economia mundial para a China (e suas economias periféricas asiáticas) com todas as perturbações, desequilíbrios e tensões que dela resulta, inclusive a dificuldade em enfrentar a crise nos países altamente desenvolvidos.

A influência econômica da China não se limita a sua área geográfica mais próxima, mas se estende à África, à América Latina e, cada vez mais, à Europa.

Esta influência econômica da China, crescente e diversificada, corresponde naturalmente a uma crescente influência política não só nas relações bilaterais com diversos países,

de quem a China se torna vital parceira comercial e investidora, mas também nas organizações multilaterais, de natureza econômica ou política, como o FMI, a OMC e a ONU.

A crescente e forte influência econômica e política da China faz com que ela venha a se chocar com os interesses norte-americanos, a começar em sua área de influência mais próxima, na Ásia, em temas como Taiwan, o Mar da China e o Japão. As despesas militares da China são crescentes, assim como sua capacidade em áreas sofisticadas como: a tecno-

logia da informação (a China construiu o maior computador do mundo); a área espacial (o país lançou ao espaço com meios próprios seu primeiro cosmonauta); e a área nuclear (os chineses estão construindo 35 usinas ao mesmo tempo). Não é por outro motivo que os Estados Unidos têm reorientado sua estratégia de defesa para conferir prioridade máxima à Ásia, isto é, à China.

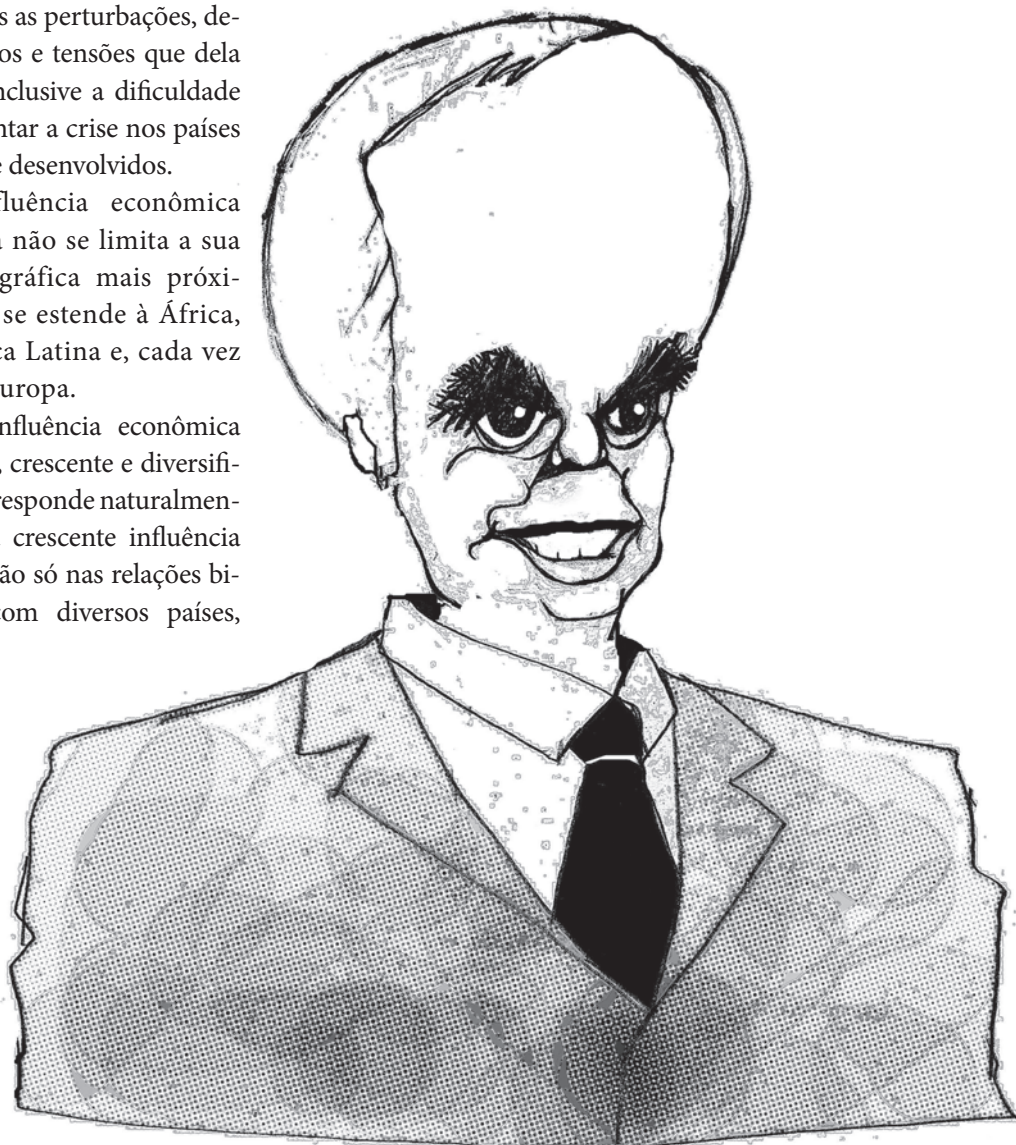
A crise nos países capitalistas tradicionais afeta principalmente os trabalhadores e as pequenas e médias empresas.

As megaempresas multina-

cionais não estão em crise e, muito pelo contrário, acumulam recursos em suas tesourarias sem investi-los produtivamente. Essa situação ocorre com os grandes bancos, que recebem “injeções” de recursos do Estado e não os repassam às empresas para investir e reativar a economia.

A crise econômica tem consequências sociais extraordinárias que decorrem do desemprego e que se espalham para o campo da violência, do consumo e tráfico de drogas e da xenofobia, agravada pela imigração e pelo desemprego.

Por outro lado, a crise vem permitindo uma nova e ousada iniciativa dos setores conservadores na área política, no Estado e na sociedade, com o objetivo de fazer retroceder as conquistas sociais alcançadas no século XX. Há um esforço dos Estados e das empresas, repercutido e aplaudido pela grande mídia, no sentido de reformular a legislação, a pretexto de uma “modernização” do mercado de trabalho, para reduzir os direitos dos trabalhadores; de enfraquecer os sindicatos; de cortar programas sociais com o objetivo de alcançar o equilíbrio fiscal; e de, assim, reduzir os salários para aumentar a “competitividade” das empresas e das economias capi-



talistas em crise, o que “permitiria” estimular os investimentos e vencer a crise.

Este ataque neoliberal, que aproveita a crise para tentar destruir os resquícios do Keynesianismo e as conquistas alcançadas a duras penas pelos movimentos sindicais e socialistas, faz com que surjam movimentos sociais novos, saudados por alguns pelo seu uso da Internet e por serem um prenúncio de uma “nova” forma de fazer política, para além dos partidos tradicionais. Esses movimentos, todavia, se revelam rapidamente desorganizados e frágeis diante do aparato policial e legal dos Estados que representam os interesses tradicionais, ainda que tenham contribuído para algumas vitórias políticas.

A crise mundial afeta a economia brasileira de distintas formas e virá a afetar a situação política, e eventualmente social, do país.

De um lado, com a crise nos Estados Unidos, a redução da atividade econômica reduz a demanda por produtos brasileiros, principalmente aqueles bens industrializados que são exportados tradicionalmente em esquemas de comércio intrafirma.

De outro lado, a crise na Europa Ocidental reduz a demanda por produtos brasileiros, principalmente aqueles bens primários agrícolas já afetados gravemente pelas políticas protecionistas europeias que dificilmente seriam atenuadas, por meio de negociações

comerciais, neste período de crise e desemprego.

Ademais, a crise nos países capitalistas tradicionais reduz a demanda por produtos industriais chineses, o que, por sua vez, afeta a demanda chinesa por produtos primários minerais, inclusive por minério de ferro, principal produto brasileiro de exportação para a China. As exportações de manufaturados brasileiros para a China são pouco relevantes devido às políticas de exportação e de divisão geográfica de mercados das megaempresas multinacionais instaladas no Brasil.

A crise no setor financeiro nos países desenvolvidos não atingiu o setor financeiro no Brasil devido à regulamentação do setor e à supervisão do Banco Central. Todavia, a crise vem a reduzir as linhas de crédito para as exportações brasileiras e assim a afetar a atividade econômica no país.

Para combater a crise, o governo americano tem procurado reduzir os juros e estimular a demanda interna com políticas de expansão monetária, chamadas de “quantitative easing”, que já injetaram bilhões de dólares nos bancos americanos.

As políticas europeias de socorro aos Estados (e aos bancos) igualmente injetam moeda na economia e tem efeito similar aos das políticas americanas nos mercados de câmbio de terceiros países, como o Brasil.

Estas políticas europeias e americanas, ao aumentar a oferta de moeda nos merca-

dos de câmbio, fazem com que o dólar e o euro se desvalorizem frente ao real, o que torna as importações feitas pelo Brasil mais baratas e as exportações de produtos brasileiros mais caras, tendendo a reduzir o superávit comercial brasileiro e a afetar a política de juros e a atração de capital.

Diante de seu enorme déficit comercial, o governo americano procura desenvolver vigorosas políticas de promoção de suas exportações e de contenção das importações. O déficit comercial americano dos últimos anos com o Brasil transformou-se em superávit para os Estados Unidos. A mesma política de estímulo à exportação e contenção das importações é praticada pelos países europeus.

A redução de oportunidades de investimento lucrativo nas economias europeias e americana devido à crise faz com que os capitais se dirijam aos países emergentes, entre eles o Brasil.

A taxa real de juros no Brasil, que, apesar das reduções recentes, ainda é uma das mais altas do mundo, contribui fortemente para atrair capitais para aplicações especulativas de curto prazo no mercado brasileiro.

O forte ingresso de divisas no mercado cambial brasileiro valoriza o real, estimula as importações, torna mais atraentes as viagens ao exterior, reduz a entrada de turistas estrangeiros e estimula a remessa de lucros e o pagamento de empréstimos das empresas es-

trangeiras sediadas no Brasil, muitas vezes feitos junto a suas matrizes.

A grave situação de empresas na economia americana e europeia também contribui para estimular as remessas de lucros das empresas estrangeiras no Brasil, inclusive para atender às necessidades de recursos de suas matrizes.

Ao lado da crise econômica, ou melhor, entrelaçada com ela, a emergência da China como maior potência econômica do mundo, e em breve como a segunda maior potência política e militar, tem extraordinárias consequências para o Brasil e em especial para a política brasileira no Mercosul e na América do Sul.

A China vem crescendo a 10% ao ano, nos últimos trinta anos. O setor moderno de sua economia é integrado por 300 milhões de chineses, com um déficit de alimentos para uma população que melhora e diversifica seus padrões de consumo, ao que se soma um déficit de minérios e de energia. O ingresso gradual de mais de um bilhão de chineses no setor moderno da economia tornará a China o maior mercado do mundo, maior do que os mercados americano e europeu somados.

Apesar de a demanda chinesa por minérios, alimentos e energia poder ser suprida por outras regiões, a América do Sul, e nela os países do Merco-

sul, estão em condições especiais para atendê-la.

A demanda chinesa por minérios, petróleo e produtos agrícolas contribui, de forma expressiva, para o aumento dos preços desses produtos, para uma pressão inflacionária em todos os países, para a geração de grandes receitas cambiais no Brasil e no Mercosul e para a valorização de suas moedas nacionais, afetadas pelo influxo simultâneo do excesso de moeda, de um lado ofertada pelos Estados Unidos por meio de sua política de “quantitative easing” e, de outro lado, pelas políticas européias.

A demanda chinesa por produtos primários e sua oferta de produtos industriais a baixo preço levarão, se não forem implementadas firmes políticas de agregação de valor aos produtos primários em forte demanda, a uma especialização na produção primária para exportação

e à conquista pela China dos mercados de produtos industriais nos países do Mercosul e na América do Sul.

Com a superação da crise e a retomada do crescimento industrial e de renda, os países altamente industrializados passarão a exercer uma pressão adicional nos mercados de produtos agrícolas e minerais, com alta possibilidade de aprofundar ainda mais o processo de especialização regressiva na América do Sul e em especial no Mercosul, onde se encontram as duas maiores economias industriais da região.

A especialização regressiva tem forte impacto sobre as expectativas de investimento lucrativo. É natural, nesta situação de “crise e China” que os capitais estrangeiros e nacionais sejam atraídos para a agricultura e a mineração de exportação e se mantenham afastados do setor industrial, a não ser que venham a receber

extraordinários subsídios fiscais e creditícios.

Em sociedades urbanas, a especialização regressiva leva a uma insuficiente oferta de empregos industriais diante da demanda decorrente do crescimento da população e da necessidade de absorver a mão de obra subempregada e desqualificada. Os efeitos sociais da insuficiente geração de empregos urbanos serão de extrema gravidade.

Este panorama da crise e de incerteza atinge as perspectivas de integração no âmbito do Mercosul. Uma maior integração depende da maior vinculação entre suas economias (e que redunde em vinculação política), o que somente é possível pelo comércio de produtos industriais, pois na agricultura, além da menor gama de produtos que caracteriza o setor, as produções das quatro economias são, em larga medida, concorrentes. Suas economias se tornarão rapidamente mais isoladas umas das outras e o processo de integração mais profunda ficará abalado e reduzido a tímidos esforços de cooperação em setores limitados.

As consequências políticas e econômicas para o Brasil da presença chinesa em combinação com a crise são, assim, em extremo pre-

ocupantes. As exportações do Brasil para o Mercosul foram de US\$ 32 bilhões, em 2011, o que corresponde a apenas cerca de 10% do total das exportações brasileiras. O fato relevante é que 85% dessas exportações foram de produtos manufaturados. O Mercosul absorve mais de 30% das exportações brasileiras totais de produtos manufaturados. O saldo comercial do Brasil com o mundo foi de US\$30 bilhões, sendo que o saldo com o Mercosul é cerca de 40% deste total.

O Mercosul é a região mais importante para os investimentos de empresas brasileiras no exterior, sendo o estoque de investimentos brasileiros no período de 2001 a 2008 de US\$ 34 bilhões. Politicamente, os Estados do Mercosul são quatro Estados soberanos que atuam em conjunto nas negociações econômicas e políticas internacionais, o que reforça a posição de cada um deles, inclusive a do Brasil, na defesa e na promoção de seus interesses. A desintegração gradual ou mesmo a estagnação do Mercosul será um poderoso golpe na política exterior brasileira.

* Samuel Pinheiro Guimarães é diplomata e mestre em Economia pela Boston University (1969), foi secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores de 2003 a 2009, ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos de 2009 a 2010 e alto-representante geral do Mercosul até junho de 2012.



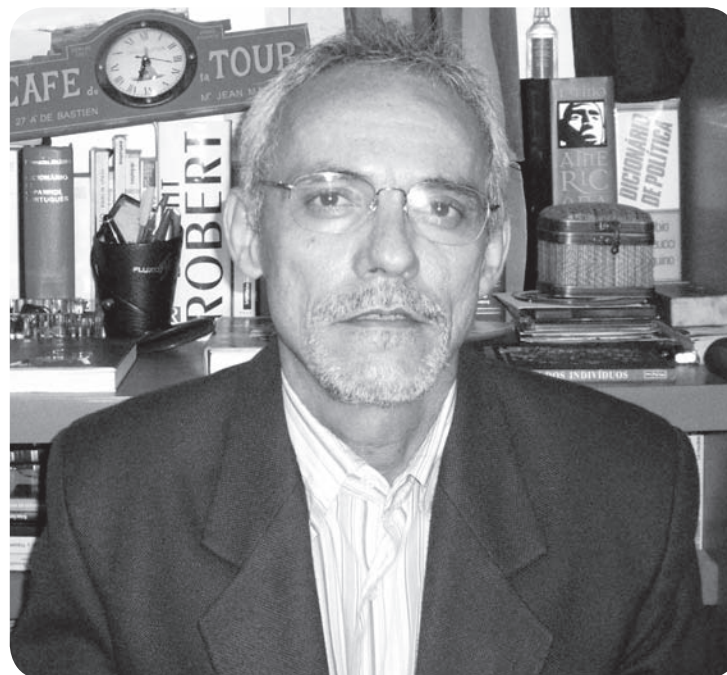
“As medidas de estímulo são pontuais e insuficientes para enfrentar as questões fundamentais: perda da indústria como centro dinâmico do crescimento, incapacidade de geração endógena de progresso técnico e financiamento estatal subordinado à geração de superávits fiscais primários.”

Professor associado da Faculdade de Economia da UFBA e doutor em Economia pelo IE-Unicamp, Luiz Filgueiras é autor do livro *História do Plano Real* e coautor de *A Economia Política do Governo Lula*. Neste entrevista, ele explica o porquê do baixo crescimento do Brasil e traça possíveis cenários para o futuro da economia brasileira.

P: Mês a mês, analistas e governo reduzem as estimativas para o PIB do Brasil em 2012. Quais são as principais razões para este fraco desempenho da economia brasileira neste ano?

R: O melhor desempenho da economia brasileira a partir do final do primeiro Governo Lula deveu-se, fundamentalmente, à fase ascendente do ciclo econômico internacional iniciada em 2002. Isto melhorou radicalmente o balanço de pagamentos tanto na conta de “transações correntes” quanto na conta de “capital e financeira”, implicando a redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país. Com isso, pôde-se flexibilizar – em grau e não em qualidade – o tripé da política macroeconômica, por meio da redução do percentual do superávit primário, da redução da taxa de juros e ampliação do crédito e da intervenção no mercado de câmbio com o objetivo, bem sucedido, de acumular re-

servas. O resultado foi o maior crescimento do PIB – inicialmente “puxado” pelas exportações e depois pelo mercado interno –, a redução das taxas de desemprego, a redução da inflação, o aumento dos investimentos e dos gastos públicos, os reajustes reais do salário mínimo, a redução da relação dívida pública/PIB e até uma pequena melhora na distribuição de renda. A crise mundial explicitada em fins de 2008 interrompeu essa dinâmica, apesar das medidas fiscais, monetárias e creditícias tomadas pelo governo. A recuperação de 2010 expressou, para os mais afoitos, a saída da crise. No entanto, a economia voltou a mergulhar em 2011 e 2012. Acredito que a razão disso é que a economia brasileira nunca esteve deslocada, e nem poderia, da crise geral do capitalismo. E esta está em pleno curso, agora em sua face europeia. O padrão de desenvolvimento capitalista cons-



truído nos últimos trinta anos, que desembocou na atual crise geral, nem de longe foi alterado em suas características básicas. As políticas de demanda (queda dos juros, gastos do governo, redução de tributos etc.), juntamente com as ações de socialização dos prejuízos, num primeiro momento evitaram o colapso do sistema financeiro e frearam os impactos mais destrutivos da crise, mas não têm capacidade de solucioná-la. A sua superação exige mudanças estruturais na forma de funcionamento do capitalismo, exige a constituição de outro padrão de desenvolvimento. Portanto, a

tendência é de estagnação, com melhoras pontuais alternadas por momentos mais críticos, como em 2008 e 2011-12. A dinâmica conjuntural da economia brasileira continuará, mais ou menos, condicionada a essas circunstâncias internacionais.

P: O dinamismo da economia brasileira está esgotado? O Brasil está em crise?

R: No caso do Brasil, as políticas de demanda em si mesmas também parecem ser insuficientes para a retomada do crescimento de forma mais consistente. O seu atual padrão de desenvolvimento não foi alterado pela cri-

se geral; ao contrário, a crise, assim como as políticas adotadas para enfrentá-la, reforçou esse padrão. Em particular, ao ampliar a importância da China nas relações comerciais do Brasil, aprofundou-se o tipo de inserção internacional que é constitutivo desse padrão, qual seja: reprimarização e especialização regressiva, que vêm associadas a um processo de desindustrialização ou, no mínimo, que impede o salto qualitativo da indústria brasileira em direção à fabricação de produtos de maior intensidade tecnológica e maior valor agregado, nos limites da fronteira tecnológica. Do ponto de vista interno, apesar da pequena melhora na distribuição de renda, a ampliação do mercado de massas vem exigindo o endividamento crescente das famílias, o que, por definição, tem limites. Por isso, a reação da economia à queda dos juros é muito lenta, o que exige uma política fiscal expansiva que, no entanto, está presa à política de superávit fiscal primário. Em suma, **o impacto sobre o crescimento das alterações acrescentadas pela “Era Lula” ao Modelo Liberal-Periférico, construído nos anos 1990 na esteira da crise do Modelo de Substituição de Importações, parece estar se esgotando. A crise mundial e a resposta a ela reforçam e explicitam essa circunstância, exigindo alterações no atual padrão de desenvolvimento.**

P: Com que cenários você trabalha para 2013 e para os próximos anos?

R: Como dito anteriormente, a tendência da economia mundial é de estagnação, com melhorias pontuais alternadas por momentos mais críticos. A dinâmica conjuntural da economia brasileira continuará, mais ou menos, condicionada a essas circunstâncias internacionais. Não há como descolar a dinâmica conjuntural e o crescimento da economia brasileira das circunstâncias mundiais. A dicotomia mercado interno *versus* mercado externo é falsa; dinamicamente, a longo prazo, não há como crescer pelo mercado interno sem superar as restrições externas que, mais cedo ou mais tarde, acabam sempre se impondo – tendo em vista a nossa dependência tecnológica e financeira. Nenhum discurso desenvolvimentista resolverá esse problema; e o atual padrão de desenvolvimento não aponta qualquer solução. Ao contrário, tanto o PAC quanto os financiamentos e a estratégia do BNDES de criação e consolidação de grandes grupos econômicos nacionais, bem como o destino setorial dos investimentos estrangeiros, apenas reforçam o país como grande produtor de commodities minerais e agrícolas.

P: De uma forma geral, e incluindo o Banco Central, como você avalia as medidas do governo federal neste ano para estimular a economia? São eficientes? Atacam os problemas na raiz?

R: As medidas de estímulo à

economia são absolutamente pontuais. O estímulo ao consumo e à indústria, por meio da queda da taxa de juros e da renúncia fiscal (redução do IPI etc.), é totalmente insuficiente para enfrentar as questões fundamentais da economia brasileira, quais sejam: a perda gradativa da indústria como centro dinâmico do crescimento, a incapacidade de geração endógena de progresso técnico e um padrão de financiamento estatal subordinado à geração de superávits fiscais primários. Para piorar a situação, tem-se uma política macroeconômica que conspira contra as políticas industrial, tecnológica e de desenvolvimento.

P: No caso específico do corte na taxa Selic, quais os impactos para o estímulo à economia?

R: Penso que o corte terá um impacto muito pequeno. Acredito que o crescente endividamento das famílias e a aquisição anterior de bens de consumo duráveis colocam uma dificuldade para “puxar” o crescimento pelo consumo apoiado no crédito. Além disso, creio que estamos diante do que se poderia chamar de “armadilha da liquidez”, na qual os empresários estão mais preocupados com suas expectativas de vendas futuras do que com a queda da taxa de juros. Nesse cenário, a política fiscal deveria passar a ser o instrumento central da política macroeconômica; os gastos do governo têm que passar a “puxar” a economia. Por outro la-

do, a redução da taxa de juros tende a reduzir a entrada de capital estrangeiro e, dessa forma, desvalorizar o real, o que vem ocorrendo), melhorando a competitividade das exportações.

P: Que benefícios colaterais, além do estímulo à economia, a redução da Selic está trazendo para o país? Qual é o impacto nas contas públicas e na dívida, por exemplo?

R: **O principal impacto da redução da Selic não é diretamente sobre o crescimento econômico, mas sobre o ritmo de crescimento da dívida pública e a taxa de câmbio. A menor entrada de capitais estrangeiros de curto prazo reduz a pressão para valorização do real, favorecendo a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados interno e externo. Por outro lado, mantido o mesmo percentual de superávit primário, o montante de juros menor a ser pago reduz o déficit fiscal nominal.**

P: Certos analistas afirmaram que a economia brasileira só voltaria a crescer com as reformas estruturais, na previdência, na educação, tributária e nos marcos regulatórios. Você concorda? Que reformas são necessárias?

R: Essa é a visão liberal simplista e reducionista, que encara o problema do desenvolvimen-



to/crescimento a partir, fundamentalmente, da oferta (dos fatores produtivos). É o mantra que se ouve há 20 anos, principalmente depois que as reformas liberais dos anos 1990 não implicaram automaticamente a retomada do desenvolvimento. É óbvio que em tese a maior educação/qualificação da força de trabalho, um sistema tributário mais simples e transparente e regras confiáveis são elementos de estímulo ao investimento e ao crescimento. Mas isso é absolutamente insuficiente, pois toma como dado e adequado o atual padrão de desenvolvimento, apesar de um pouco alterado pelo período Lula. Em especial, a permanente obsessão por uma reforma da previdência, presente nessa visão e apoiada exclusivamente em cálculos atuariais objetivos, esconde também a recusa em rediscutir o atual padrão de desenvolvimento, que tem como sujeitos econômico-políticos centrais o capital financeiro e o capital exporta-

dor de commodities (minerais e agrícolas). **Na periferia do capitalismo, não há possibilidade de desenvolvimento sem um regime de política macroeconômica adequado, sem políticas comerciais e tecnológicas, sem a presença forte do Estado – na promoção e articulação das forças econômicas, de modo a redefinir a inserção internacional do país e alterar, de fato, o padrão de distribuição renda existente.**

P: O que você acha de proposta do Plano Brasil Maior de isentar o pagamento de INSS empresarial dos setores intensivos em trabalho? Há economistas que dizem que os impostos sobre a folha salarial são considerados os impostos mais regressivos, porque são os únicos que só o trabalho paga. Qual é a sua opinião?

R: Esse tema volta recorrentemente ao debate econômico-político, inserindo-se na questão mais geral denominada “custo Brasil”. Os argumentos para desonerar a folha salarial dos diversos tributos que sobre

ela recaem se referem à necessidade de dar maior competitividade às empresas e/ou maior capacidade das empresas de gerar empregos. Com relação ao primeiro, sabe-se que, dinamicamente, no processo de desenvolvimento, a competitividade das empresas ou de um país tem como determinante fundamental o progresso técnico, ou seja, a capacidade de gerar, adotar e difundir inovações. É isso que propicia o aumento efetivo da produtividade do trabalho, levando tanto as empresas individualmente, quanto um país, a dar um salto de qualidade na sua inserção internacional. Além disso, muitos outros determinantes ou condicionantes podem ser citados como relevantes para estimular e/ou propiciar uma maior competitividade, tais como: a política macroeconômica, as características do sistema tributário, o sistema educacional e de pesquisa etc. No passado, no Brasil e na América Latina, esse debate levou, pelo menos entre algumas escolas de pensamento, a avaliação de que os países procuraram (sem conseguir) resolver seus problemas de competitividade a partir do que se convencionou chamar de competitividade espúria, qual seja: câmbio excessivamente desvalorizado, baixíssimos salários e elevados subsídios tarifários, descurando e desestimulando a busca da verdadeira competitividade; em suma, busca-se a curto prazo um paliativo que se mostra danoso a longo prazo.

No que se refere ao segundo

argumento, ele remete a um debate quase tão antigo quanto a própria economia política, qual seja: a oposição entre a “lei de Say” e o “princípio da demanda efetiva”. Essas distintas concepções da dinâmica macroeconômica remetem à criação de emprego em uma economia capitalista para, alternativa e respectivamente, o mercado de trabalho ou o mercado de bens e serviços. Eu me alinho com a segunda concepção. **Acredito que o que leva as empresas a criarem emprego é a expectativa de venda de seus produtos e, portanto, de obtenção de lucro; não acho que a redução dos “custos trabalhistas” seja um determinante direto da criação de empregos. No máximo, pode ter influência indireta, via exatamente as expectativas dos empresários quanto a suas futuras vendas.**

Por fim, as perguntas fundamentais que devem ser respondidas são as seguintes: qual será a fonte substitutiva para a renúncia fiscal proposta? De onde virão os recursos que cobrirão os custos do INSS e do seguro desemprego, por exemplo? Como isso influencia a capacidade financeira do Estado? Quais os impactos sobre a seguridade social e os direitos dos trabalhadores? Todas essas são questões que remetem à política fiscal e, no limite, à distribuição de renda e ao bem estar dos trabalhadores e da maioria da população.

O baixo crescimento de 2012: o que fazer?

■ Eduardo Costa Pinto*

À véspera da divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do 2º trimestre de 2012¹, não existia dúvida de que os resultados econômicos do ano de 2012 serão piores do que os de 2011 – ano marcado pelo baixo crescimento, pela estagnação da produção da indústria de transformação e pela queda na participação dos investimentos (FBKF) em proporção do PIB.

Os resultados do PIB no 1º trimestre de 2012 (crescimento de apenas 0,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior) e da produção da indústria de transformação no 1º semestre de 2012 (que-

da 3,8% em relação ao 1º semestre de 2011) sinalizam que a economia brasileira terá um baixo crescimento em 2012.

Apesar dessa certeza atual, no “longínquo dezembro de 2011” havia expectativas de que o pior já tinha passado e de que o ano seguinte seria de bonança. O mercado, por exemplo, esperava um crescimento de 3,3% para o PIB em 2012 (pesquisa focus do BCB de 26 de dez/2011), ao passo que o Ministério do Planejamento, ainda mais otimista, previa um crescimento de 4,5% para 2012.

Como essas expectativas positivas do final do ano passado transformaram-se em resultados tão negativos no 1º semestre de 2012? Quais medidas o governo vem tomando para impulsionar a economia e quais seus impactos?

A presidenta Dilma Rousseff tem argumentado que a desaceleração da economia brasileira em 2012 teria sido fruto de condicionantes externos associados ao agravamento da crise europeia e norte-americana a partir de agosto de 2011. Isso só explica parte da história.

O recrudescimento da crise internacional pode sim afetar a economia brasileira por meio de três canais de transmissão, a saber: i) redução das exportações; ii) agravamento das contas externas que possam dificultar o financiamento externo; e iii) deterioração das expectativas empresariais.

Quanto ao primeiro mecanismo, é verdade que a desaceleração do crescimento (do comércio e da demanda) mundial impactou negativamente o ritmo de expansão de nossas exportações – que é um componente da demanda agregada –, mas também é verdade que essas exportações representam apenas 11,8% do PIB brasileiro² e que, mesmo com a desaceleração, elas cresceram 7,7% entre jul/2011 e jul/2012 no acumulado de 12

meses (de US\$ 235,6 bilhões para US\$ 253,7 bilhões).

No que se refere às contas externas, observou-se ainda uma significativa redução no superávit do Balanço de Pagamentos (BP) entre jul/2011 e jul/2012 no acumulado de 12 meses (de US\$ 80,9 bilhões para US\$ 30,7 bilhões). A redução do fluxo de investimentos em carteira (de US\$ 65,6 bilhões para US\$ 8 bilhões) – decorrente da piora do cenário internacional e de seu caráter volátil – foi a principal responsável pela queda no saldo do BP, já que tanto o déficit em transações correntes como o saldo do investimento direto estrangeiro permaneceram sem grandes alterações. Essa queda no saldo do BP, apesar de significativa, não criou problemas para o financiamento externo que pudessem afetar a dinâmica econômica, uma vez que ainda temos um saldo positivo relevante e elevado nível de reserva (US\$ 376,2 bilhões em jul/2012).

O avanço da crise no 2º semestre do ano passado também piorou as expectativas do empresário industrial, que caiu 3% entre ago/2011 e ago/2012 (de 56,3 para 54,4, segundo a Confederação Nacional da Indústria). Nesse novo contexto, o empresário reduziu seus planos de investimentos. Vale observar que esse indicador de expect-



tativa já vinha piorando desde dezembro do ano passado – queda de 8% entre dez/2011 e ago/2011 – e que ele ainda permaneceu num patamar otimista até agosto de 2012 (maior do que 50).

É evidente que a crise internacional afetou negativamente a economia brasileira no 1º semestre de 2012, mas num patamar menor do que alardeado pelo governo ou por alguns economistas renomados (dois deles conselheiros diretos da presidenta) em suas colunas de jornal.

Na verdade, parte significativa da desaceleração da economia brasileira em 2012 foi fruto dos efeitos defasados: (i) da política monetária contracionista (elevação dos juros e medidas macroprudenciais de controle de crédito) adotada pelo BCB entre fev/2010 e ago/2011 em virtude do aumento da inflação; e (ii) da política fiscal restritiva de desaceleração do consumo da administração pública (expansão de apenas 0,48% em 2011), de redução do investimento da administração pública e das empresas estatais.

Desse modo, o recrudescimento da crise internacional pegou a economia brasileira já desacelerando em decorrência das políticas econômicas restritivas. Claramente, o governo errou a mão na política macroeconômica restritiva em 2011.

O governo vem adotando um conjunto de medidas para estimular a economia, desde agosto de 2011, que vai des-



de a configuração do Plano Brasil Maior – e seus vários tipos de desonerações para a indústria –, passando pela redução da taxa Selic – de 12,5% em ago/2011 para 7,5% em set/2012 – e pela queda dos juros dos bancos públicos no início de 2012, até a política de controle da escalada da apreciação cambial.

A redução das taxas de juros Selic provocará, com alguma defasagem, o aumento dos investimentos e uma melhoria na competitividade industrial devido à diminuição dos custos financeiros e à desvalorização cambial fruto da redução da entrada de capital especulativo.

Essas medidas governamentais parecem ter desarmado a armadilha do juro alto-câmbio valorizado, possibilitando também a manutenção do crescimento do consumo das famílias (de 2,5% no 1º trimestre de 2012 contra mesmo período do ano passado). Apesar disso, os investimentos e a produção da indústria de transformação não conseguiram reagir, provocando

assim um baixo dinamismo.

Mesmo com a expansão do volume de vendas do comércio (7,3% no 1º trimestre de 2012), decorrente do crescimento da massa salários (de 6% entre mai/2012 e mai/2011), a produção industrial caiu no 1º semestre de 2012. Isso está ocorrendo porque a renda gerada no Brasil está “vazando” para o exterior com o aumento das importações de manufaturas e com a desarticulação das cadeias produtivas domésticas (TEIXEIRA & PINTO, 2012).

A estagnação da produção e da produtividade da indústria de transformação e o baixo dinamismo do investimento são hoje os dois problemas estruturais da economia brasileira. Quanto ao primeiro, é preciso engendrar uma política industrial que articule a dinâmica do mercado interno, a ampliação dos investimentos em infraestrutura e a questão tecnológica. Produtividade deveria ser a palavra de ordem.

No entanto, não há evidências de que esteja sendo gestado esse tipo de política industrial de longo prazo. As políticas atuais de desoneração são pontuais e não conseguem expandir os investimentos em virtude do elevado nível de capacidade ociosa do setor, mas têm sim gerado aumentos nas margens de lucro dos industriais. O setor automobilístico agradece!

A manutenção ou a expansão da formação bruta de capital fixo tem dependido cada vez mais dos investimentos públicos (PAC e empresas es-

tatais), ainda mais com a redução do investimento privado diante da crise internacional. Para alavancar os investimentos, o governo precisa flexibilizar a meta de superávit primário e descentralizar sua gestão, que parece extremamente centralizada na presidenta. Muitas vezes centralização pode gerar elevada ineficiência!

As atuais medidas governamentais deverão surtir efeitos positivos no 4º trimestre de 2012, o que já vai ser tarde para recuperar o crescimento em 2012. Mesmo que a economia brasileira passe a crescer mais em 2013, não há evidências de que as questões estruturais serão resolvidas. Os sinais de longo prazo são preocupantes.

Nenhum país do mundo conseguiu se desenvolver sem um forte crescimento da produtividade geral da economia, que necessariamente remete à dominância do sistema industrial e à manutenção de níveis elevados de investimento.

* Eduardo Costa Pinto é professor adjunto do IE-UFRJ, ex-técnico de pesquisa e planejamento do Ipea e doutor em Economia pela UFRJ. E-mail: eduardo.pinto@ie.ufrj.br.

1 Quando este texto estava sendo escrito os resultados do PIB do 2º trimestre de 2012 ainda não tinham sido divulgados.
2 Para uma discussão detalhada ver Serrano & Summa (2012).

Referências

SERRANO, F. & SUMMA, R. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. Mimeo., IE/UFRJ, 2012

TEIXEIRA, R. & PINTO, E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Mimeo., IE/UFRJ, 2012.

Crescimento em 2005-10: um “voo de galinha” prolongado?

■ Armando Castelar Pinheiro*

A década de 1990 foi marcada por um amplo conjunto de reformas, que mudou significativamente a economia brasileira. Para ficar nas mais importantes, podemos citar o Plano Real, a abertura da economia, as privatizações e, já neste século, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a reforma do regime de previdência dos funcionários públicos.

O impacto dessas reformas nos fundamentos da economia é evidente: ainda que permaneçam altas, as taxas de inflação despencaram, mesmo para o padrão latino americano; a dívida pública caiu quase à metade entre 2002 e 2012, como proporção do PIB; a dívida externa líquida das reservas internacionais, passou de quatro vezes o total das exportações a um valor negativo – um crédito, portanto; e a taxa de juros básica é hoje a mais baixa do período pós-Plano Real.

Em que pese o acerto e a significância dessas reformas, assim como a qualidade da gestão macroeconômica, o seu impacto sobre o crescimento do PIB foi modesto. Depois de acelerar nos anos seguintes ao Plano Real, até atingir uma alta média de 4,0% em 1993-97, a economia perdeu gás com a sequência de crises inaugurada com a da Ásia, em 1997, chegando nos cinco anos encerrados em 2002 a um crescimento médio de apenas 1,7%, pouco acima da taxa de expansão populacional.

Esse quadro mudou bastan-

te nos anos que se seguiram. Em particular em 2005-10, o PIB brasileiro cresceu em média 4,2% ao ano, atingindo 7,5% de expansão em 2010. Somou-se a isso a forte valorização do real, fazendo com que o PIB brasileiro quintuplicasse de tamanho quando medido em dólares, passando, grosso modo, de 500 bilhões de dólares em 2002 para quase 2,5 trilhões de dólares em 2010.

O país parecia ter encontrado um novo padrão de desenvolvimento, despertando renovado interesse dos investidores estrangeiros, que agora enxergavam aqui um mercado, em certo sentido, cinco vezes maior. O otimismo internacio-

nal foi bem representado pela matéria da *The Economist* de maio de 2010, que tinha a estátua do Cristo Redentor alçando vôo como um foguete.

Durou pouco, porém, essa euforia. Em maio deste ano, a *The Economist* já questionava as perspectivas da economia brasileira e em julho afirmou que a euforia anterior fora um sonho: acreditar que o Brasil irá crescer como antes é sonhar acordado. O *Financial Times* também publicou matéria na mesma linha, sugerindo que o Brasil perderá o lugar de “queridinho” dos investidores estrangeiros para o México.

O que aconteceu? A resposta a essa questão se divide em três partes.

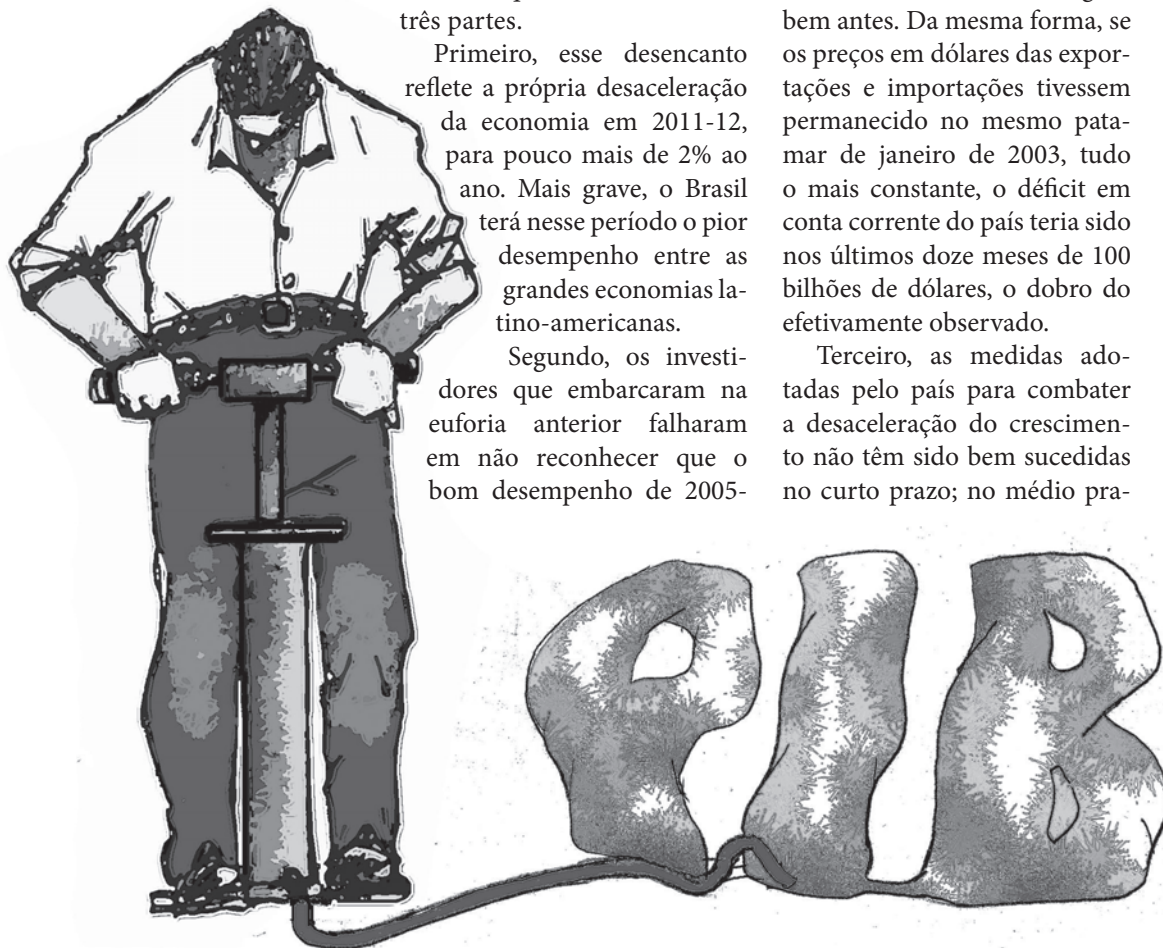
Primeiro, esse desencanto reflete a própria desaceleração da economia em 2011-12, para pouco mais de 2% ao ano. Mais grave, o Brasil terá nesse período o pior desempenho entre as grandes economias latino-americanas.

Segundo, os investidores que embarcaram na euforia anterior falharam em não reconhecer que o bom desempenho de 2005-

10 derivou de fatores transitórios, que foram bem aproveitados, mas cuja contribuição para o crescimento será bem menor no futuro. Incluem-se entre esses a forte alta no preço das exportações, a pronunciada expansão do crédito doméstico e a existência de um elevado número de trabalhadores desempregados.

Para ilustrar a importância desses fatores basta ver que a redução do número de desempregados respondeu por um quinto da expansão do emprego na última década. Não estivesse esse exército de desempregados disponível, o problema da falta de mão de obra teria surgido bem antes. Da mesma forma, se os preços em dólares das exportações e importações tivessem permanecido no mesmo patamar de janeiro de 2003, tudo o mais constante, o déficit em conta corrente do país teria sido nos últimos doze meses de 100 bilhões de dólares, o dobro do efetivamente observado.

Terceiro, as medidas adotadas pelo país para combater a desaceleração do crescimento não têm sido bem sucedidas no curto prazo; no médio pra-



zo, mesmo quando impactarem a demanda, poderão reduzir o ritmo de expansão da oferta. Mesmo que isso não aconteça, é forçoso reconhecer que pouco vem sendo feito para superar os fatores que limitam o crescimento do produto potencial.

A Tabela 1 ajuda a entender essa afirmação, apresentando uma decomposição da taxa de expansão do PIB pelo lado da oferta. Como se vê, a expansão do emprego deu uma contribuição importante e relativamente estável para o crescimento do PIB nas últimas seis décadas. Em especial, desde 1980 este aumentou a um ritmo mais ou menos constante de 2% ao ano, inclusive na segunda metade da última década. Como se observou acima, porém, isso só foi possível neste último período pela redução do número de desempregados.

Olhando à frente, o emprego deve crescer à metade da taxa anterior, uma vez que a taxa de desemprego já está em patamar bastante baixo e a transição demográfica em curso no país fará a população em idade ativa aumentar cada vez mais lentamente. Isso só não ocorrerá se o Brasil experimentar uma nova onda de imigração.

Na próxima década, portanto, o crescimento dependerá mais do aumento da produtividade do trabalho. Esta de fato subiu bastante em 2005-10, essencialmente por conta de uma expressiva alta de 1,4% ao ano na produtividade total dos fatores (PTF), semelhante à do período áureo de crescimento (1951-80). É provável, porém, que esse bom desempenho da PTF tenha refletido fatores cíclicos e não se sustente no médio prazo. De fato, no último ano a PTF estagnou e até declinou um pouco na margem.

Há que se pensar, assim, em como fazer a PTF retomar um ritmo de expansão mais sadio. As políticas atuais, de seleção de setores e empresas a serem premiadas, não vão atingir esse objetivo. Pelo contrário, quando há mais lucro a ser gerado conseguindo um favor do governo que melhorando a produtividade, é na busca desses benefícios que o empresário vai concentrar seus esforços. Além disso, parece haver muita preocupação em fomentar a inovação, o que é sadio, mas pouca em estimular a adoção e adaptação no país de tecnologias já existentes, o que é um desperdício de oportunidades.

O outro caminho é acelerar o aumento do capital disponível por trabalhador, que, apesar das reformas e da melhora dos fundamentos macroeconômicos, nunca retornou ao ritmo anterior à crise da dívida externa, há 30 anos atrás. De fato, se a PTF aumentar a 0,7% ao ano e a contribuição do capital humano retornar ao patamar anterior de 0,8% ao ano, a taxa de investimento terá de subir para perto de 22,5% do PIB para que este possa se expandir a uma taxa de 5% ao ano.

Não é um aumento pequeno: afinal de contas, na média dos últimos quatro trimestres essa taxa ficou em 19,1% do PIB, abaixo da média latino-americana. O desafio é tão maior por que há um erro de diagnóstico sobre por que essa taxa é tão baixa. A visão prevalecente é a de que esse é um problema derivado da baixa taxa de poupança do país – que de fato é baixa. Observe-se, porém, que vivemos um período em que há fatura de financiamento externo para empresas que tenham bons projetos no Brasil. Além disso, o BNDES elevou enormemente seus desembolsos, de 1,0% do PIB em 1995 para 4,6% do PIB em 2010, com um impacto mui-



to reduzido sobre a taxa de investimento.

A nossa baixa taxa de investimentos é a possível, dado o adverso ambiente de negócios que existe no Brasil, envolvendo o tamanho, ineficiência e complexidade da carga tributária; a má qualidade e instabilidade da regulação econômica, ambiental e administrativa; a elevada insegurança jurídica; e a carência de infraestrutura, entre outros. Sem melhorarmos esses fundamentos micro-institucionais, será difícil alcançar de forma sustentada o ritmo de crescimento que nos permitirá fechar com velocidade razoável o hiato de renda que nos separa dos países desenvolvidos.

Sem mudanças, provavelmente não seremos capazes de manter um crescimento médio do PIB acima de 3,5% ao ano. E as mudanças que precisamos devem focar no ambiente de negócios e investimentos. Os últimos pacotes de medidas governamentais não fizeram isso; pelo contrário, complicaram ainda mais a atividade produtiva no país.

* Armando Castelar Pinheiro, Ph.D. em Economia pela University of California, Berkeley, é coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV e professor do IE-UFRJ.

Tabela 1: Decomposição do crescimento do PIB (%)

	1951-80	1981-94	1995-2010	2005-10
PIB	7.1	1.9	3.1	4.2
PIB per capita	4.3	-0.1	1.8	3.1
População	2.8	2.0	1.3	1.1
Emprego	3.0	2.1	2.0	1.9
PIB / trabalhador	4.1	-0.2	1.1	2.2
Decomposição de produtividade do trabalho				
Capital / trabalhador	2.6	0.5	0.2	0.4
Capital humano	0.1	0.8	0.8	0.4
PTF	1.4	-1.5	0.1	1.4

Fonte: Fabio Giambiagi e Armando Castelar Pinheiro, Além da Euforia: Riscos e Lacunas do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, Ed. Elsevier, 2012.

Lugar de Criança é no Orçamento Público (2ª parte)

A presente matéria, em continuidade à publicação de agosto/2012, expõe o resultado da parceria entre o Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social/UERJ, que procuram aprofundar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas cariocas voltadas para as crianças e os adolescentes.

Na edição passada foram apresentados o porquê da parceria, a metodologia e a análise das políticas relacionadas à Educação. Nesta são tratados os estudos referentes às políticas escolhidas na área da Saúde da Assistência Social.

Saúde

Vagas em unidades hospitalares

Quase um quarto dos pesquisados (22%) indicou a carência de vagas em leitos na rede de saúde como o principal

problema desta área.

Os dados encontrados no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) e no IBGE (Censo Demográfico 2010) apontam que a parcela da população na faixa etária de 0 a 18 anos (25% da população carioca) possui uma carência maior por leito pediátrico comparativamente aos leitos destinados ao restante da população. A tabela 1 explicita a proporção.

Desta forma, constata-se que a relação habitante/leito pediátrico é bem maior do que a relação pelos demais leitos. Porém, esta menor relação é atenuada quando comparada à efetiva utilização através do número de internações, conforme elucida a tabela 2.

Entretanto, a compensação observada apenas reflete que a insuficiência de vagas em leitos hospitalares é generalizada. Assim, cabe questionar se a prefeitura carioca desenvolve uma política de expansão de vagas, inclusive para atender o tratamento prioritário para o segmento em foco previsto tanto na

Lei Maior quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

São notórias as mudanças no serviço de saúde municipal e estadual com a criação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e o aumento de equipes de saúde da família. Mas ainda permanece a existência de apenas um hospital de referência pediátrica, o Hospital Municipal Jesus, com 113 leitos e 190 médicos.

Por outro lado, as obras em unidades hospitalares, que refletem a expansão efetiva das vagas, tiveram o seguinte desempenho em termos orçamentários – ver gráfico 1:

Cabe ressaltar que a acentuada elevação em 2011 é devido à grande reforma realizada no Hospital Pedro II. Está previsto para 2012 um gasto de R\$ 25 milhões, porém já foram pagos quase R\$ 46 milhões até o mês de julho, segundo o site “Rio Transparente”. Ou seja, há uma reversão na curva dos gastos para “obras em unidades hospitalares”. Oxalá se revele em uma ampliação tanto da oferta dos serviços

de saúde quanto em uma criação de novas vagas em leitos.

Assistência Social

Enfrentamento ao uso e abuso do crack

A questão do crack no Brasil é recente, sendo que de suas capitais, o Rio de Janeiro foi uma das últimas a ser afetada pelas consequências do comércio e do uso dessa droga. Por este motivo não existe uma grande gama de pesquisas relacionadas ao tema, especialmente abrangendo a cidade. As poucas que existem mostram um perfil de usuário masculino e acima dos 18 anos. A incidência do uso da droga em relação a outras substâncias legalizadas como o álcool e o tabaco também é consideravelmente menor. No entanto, devido ao baixo custo e o efeito potente e imediato da droga, o cenário que se verifica entre a população de rua é bem mais grave.

A única ação orçamentária municipal que tem o objetivo buscado de combater a dependência ao crack é discriminada na tabela 3:

Destes valores, a maior parte (mais de 70%) foi destinada à ONG Tesloo, responsável pela gestão de três Centros de Atenção a Dependentes Químicos (CADQ), que, somados ao abrigo gerido pela prefeitura, Casa Viva, totalizam 178 vagas de acolhimento infantil.

Em 2011, o governo federal lançou o Plano Nacional “Crack, é Possível Vencer”, ao qual aderiram os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro. O plano prevê um investimento de R\$ 4,25 milhões no município até 2014, sendo R\$ 1,3 milhão em 2012.

Em sua dimensão de cuidado, o tratamento inicia-se na bus-

Tabela 1 – Estimativa de demanda por leitos

SUS	Neonatal e Pediatria - zero a 18 anos	Faixas etárias restantes
População	1.596.758	4.745.286
Leitos	1.285	10.019
Relação habitante / leitos	1.242,6	517,5

Tabela 2 - Internações

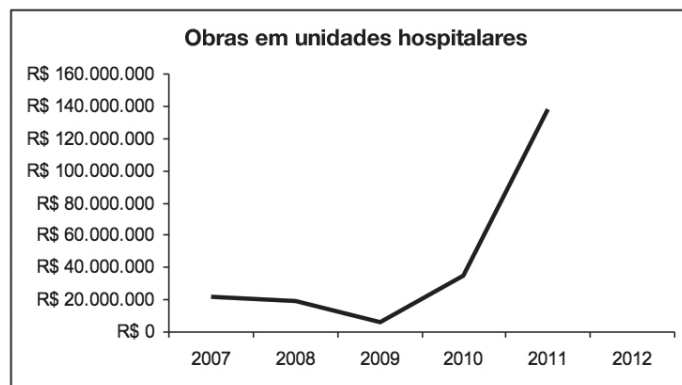
Rio de Janeiro	Internações	
	Na Pediatria	Nas demais
Internações em 2010	22.701	208.807
Leitos	1.285	10.019
Internações/leito*	18	21

* Para efeito da análise comparativa foi desconsiderada a rotatividade do uso do leito.

Tabela 3 - Ação 2868: Enfrentamento ao uso do crack e de outras substâncias psicoativas

Gasto realizado	2010	2011	2012 (previsão)
Ação 2868	R\$ 2.178.277,36	R\$ 3.646.136,53	R\$ 5.322.768,00

Gráfico 1



Fonte: Prestação de Contas 2007-2011. Valores deflacionados para abril/2012

ca de usuários onde quer que eles estejam, seja através de equipes de abordagem social ou consultórios de rua. O atendimento especializado fica por conta dos Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Outras Drogas e enfermarias especializadas com a opção de acolhimento em CADQs.

Os Consultórios de Rua atuam na identificação, prevenção, atendimento e encaminhamento para outras unidades de saúde e de assistência social (Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social) para serem incluídas no Sistema Único de Assistência Social e no Sistema Único de Saúde. No Rio de Janeiro funcionam de forma integrada ao programa Estratégia de Saúde na Família, dando à abordagem uma dimensão de tratamento psicológico. Existem atualmente duas equipes com suas ações limitadas ao centro da cidade. Já para 2012 estão previstas mais duas novas equipes e a qualificação das existentes.

O CAPSad é um serviço es-

pecializado em saúde mental que atende pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas em diferentes níveis de cuidado. Realiza ações de assistência (medicação, terapias, oficinas terapêuticas, atenção familiar), de prevenção e capacitação de profissionais para lidar com os dependentes. Ao contrário das unidades de acolhimento, o tratamento não é compulsório. Estão previstas a construção de seis unidades novas e a adequação de outras oito até o final de 2014.

O histórico da recente política municipal de combate ao crack mostra uma falta de integração entre as ações que tangenciam a questão, além de transparecer, pela localização dos abrigos, a falta de um caráter social inclusivo. A perspectiva é que, com a adesão ao plano nacional, este panorama mude. Em tese haverá um aporte de recursos grande, além de uma integração à rede do SUS e SUAS por intermédio dos veículos estipulados pelo plano em unidades ou equipamentos da assistência social, Caps-ad e outros.

As propostas do Seminário

Na área de Saúde:

- Implantação de equipes de saúde nas escolas, atuando na área de prevenção e conscientização do estudante sobre o contágio de doenças e o uso de drogas;
- Ampliação do número de vagas em leitos disponíveis para as crianças e adolescentes, com aumento da rede de hospitais referenciados;
- Maior transparência sobre as atuações das Organizações Sociais na gestão de saúde;
- Ampliação do número de profissionais especializados, sobretudo dos pediatras;
- Fortalecimento da política de planejamento familiar;
- Criação de pelo menos um CAPSad em cada uma das cinco áreas de planejamento.

Na área de Assistência Social: Acolhimento institucional

- Reforçar as dotações destinadas ao programa Família Acolhedora, bem como as dos CREAS pertinentes;
- Ampliação dos equipamentos que prestam o serviço de acolhimento institucional destinado à família, além da manutenção e reforma na infraestrutura, de forma que seja assegurado o fortalecimento do vínculo familiar;

Infraestrutura dos Conselhos Tutelares e ações afins

- Ampliação no número e investimento na infraestrutura dos Conselhos Tutelares;
- Fortalecimento e capacitação

da rede de garantia de direitos (CRAS, CREAS);

- Implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA);
- Transformação das unidades de acolhimento especializado no crack para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua;
- Adequação das ações municipais de atendimento e intervenção junto a crianças e adolescentes usuários de drogas com a política nacional de saúde mental e outras drogas, além da revisão dos convênios em andamento;
- Implementação da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, de acordo com a Deliberação nº 763/09 AS/CMDCA;
- Adoção de percentual mínimo da receita municipal destinado à constituição do orçamento da Assistência Social;
- Ampliação da rede de acolhimento institucional;
- Investimentos no trabalho com as famílias no processo de reinserção social;
- Inclusão de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas.

Essa parceria tem a expectativa de que os dados levantados na pesquisa, bem como os estudos e o seminário realizado contribuam para o aprimoramento e efetivação das políticas públicas. Para tanto, as propostas serão enviadas a todos os candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento RJ através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaboraram: **Pelo CEDECA-RJ:** Prof. Pedro Pereira, Advogado; Profª. Vera Cristina de Souza, Advogada; Est. Helena Piombini, Serviço Social / UFRJ; Est. Thiago Barbosa. Economia / UFRJ.

Pelo GOPSS/UERJ: Prof. Rodrigo Lima (UFF), doutorando em Serviço Social pela FSS/UERJ; Est. Nathalia Carlos, Serviço Social / UFF.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espinola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken.

Assistentes: Est. Maria Eduarda Lopes, Est. Pâmela Matos, Est. Pedro Aguiar e Est. Talita Araujo.

fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

Premiação e palestra marcam celebração do Dia do Economista

O Corecon-RJ comemorou o Dia do Economista com um evento na sede do Conselho, no Centro do Rio, que incluiu a cerimônia de premiação do XXII Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado e



Da esquerda para a direita, Livia, Camila e Daniel.

uma palestra de Eduardo Costa Pinto, professor adjunto do IE-UFRJ e doutor em Economia pela UFRJ.

Livia de Carvalho Freire, aluna da UFF, recebeu o prêmio principal do concurso, pela monografia *Pobreza multidimensional: uma aplicação às unidades federativas brasileiras*, trabalho orientado pelo professor Fábio Domingues Waltenberg. Camila Siqueira de Souza, também da UFF, ganhou o segundo prêmio com *Investimento direto brasileiro no exterior: a experiência recente em perspectiva comparada com China e Índia*, orientado pelo professor André Luiz Gomes Nassif. O terceiro colocado foi Daniel Monnerat

Gorodicht, outro estudante da UFF, com *Mecanismos de incentivo para fontes renováveis de energia elétrica e o caso da energia eólica no Brasil*, que teve o professor Luciano Dias Losekann como orientador.

Após a premiação, Eduardo Pinto fez uma interessante exposição dividida em três partes: como chegamos até aqui, um brevíssimo panorama da economia brasileira de 1822 a 2000; onde estamos, o padrão de crescimento da economia brasileira na década de 2000; e para onde vamos, tendências estruturais da economia mundial, crise dos países centrais e cenários de longo prazo para a economia brasileira.

Estudantes da UFRRJ vencem I Gincana Estadual de Economia

Caio Oliveira Azevedo e Igor Ferreira de Oliveira, alunos da UFRRJ/Três Rios, venceram a I Gincana Estadual de Economia, competição que consistiu em um jogo com questões sobre política econômica, macroeconomia e conhecimentos de Economia em geral. A gincana, que tem como objetivo estimular o ensino de Economia, aconteceu em 22 de agosto na sede do Corecon-RJ.

Caio e Igor competiram com as duplas de alunos representantes da Uerj, UFF, UGB, UFRJ e UFRRJ/Seropédica. Os estudantes da UGB, Leandro Carvalho Vidal Silva e Naiara dos Santos Matos, e da UFRRJ/Seropédica, Thiago Cavalcante Simonato e Thandara Maria Kathleen da Silva, ficaram respectivamente com o segundo e terceiro lugares da gincana.

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO (EM R\$)					
REFERÊNCIAS	ATÉ JUN/11	ATÉ JUN/12	REFERÊNCIAS	ATÉ JUN/11	ATÉ JUN/12
ATIVO FINANCEIRO	5.475.013,99	6.396.092,11	PASSIVO FINANCEIRO	62.892,59	64.292,55
DISPONÍVEL	65.968,26	49.536,04	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	5.308.862,84	6.283.500,48	CONSIGNAÇÕES	8.555,28	7.774,25
REALIZÁVEL	62.782,35	25.501,79	CREDORES DA ENTIDADE	-	8.326,45
RESULTADO PENDENTE	37.400,54	37.553,80	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	54.337,31	48.191,85
ATIVO PERMANENTE	15.680.157,07	18.301.248,72	RESULTADO PENDENTE	-	117.216,33
BENS PATRIMONIAIS	1.519.672,37	1.547.369,86	DESPESAS DE DE PESSOAL A PAGAR	-	117.216,33
VALORES	1.117,64	23.419,64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	21.092.278,47	24.515.831,95
CRÉDITOS	14.159.367,06	16.730.459,22			
TOTAL GERAL	21.155.171,06	24.697.340,83	TOTAL GERAL	21.155.171,06	24.697.340,83

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	ABR A JUN/11	ABR A JUN/12		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	333.296,78	496.934,70	ANUIDADES	163.637,92	49,1
PATRIMONIAL	76.183,31	109.504,83	PATRIMONIAL	33.321,52	43,7
SERVIÇOS	9.479,54	16.315,79	SERVIÇOS	6.836,25	72,1
MULTAS E JUROS DE MORA		525,00	MULTAS E JUROS DE MORA	525,00	-
DÍVIDA ATIVA	176.210,38	127.818,73	DÍVIDA ATIVA	(48.391,65)	-27,5
DIVERSAS	38.540,63	37.144,09	DIVERSAS	(1.396,54)	-3,6
TOTAL GERAL	633.710,64	788.243,14	TOTAL GERAL	154.532,50	24,4
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	657.943,54	762.202,52	DE CUSTEIO	104.258,98	15,8
PESSOAL	335.239,47	431.735,57	PESSOAL	96.496,10	28,8
MATERIAL DE CONSUMO	6.763,02	8.178,14	MATERIAL DE CONSUMO	1.415,12	20,9
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	315.941,05	322.288,81	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	6.347,76	2,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.283,22	137.622,60	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.339,38	27,1
DESPESAS DE CAPITAL	858,99	17.566,84	DESPESAS DE CAPITAL	16.707,85	1945,1
TOTAL GERAL	767.085,75	917.391,96	TOTAL GERAL	150.306,21	19,6
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(133.375,11)	(129.148,82)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	4.226,29	-3,2

As eleições para renovação do 3º Terço de conselheiros efetivos e suplentes do Corecon-RJ e de delegados-eleitores, efetivo e suplente, junto ao colégio eleitoral do Cofecon acontecem em 29 de outubro, das 9h às 18h, na sede do Conselho, na Av. Rio Branco, 109, 19º andar, Centro, Rio de Janeiro.